

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Erika Cristina Moutela de Oliveira

Monografia apresentada como
exigência parcial do Curso de
Pedagogia da Universidade
Federal do Estado do Rio de
Janeiro.

Rio de Janeiro

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Erika Cristina Moutela de Oliveira
Orientadora: Maria Ângela Monteiro Correa

Aprovado em _____ de 2005 pela banca examinadora:

Prof. _____

Prof. _____

Prof. _____

Rio de Janeiro

2005

“Conhecer não é contemplar passivamente, mas agir sobre coisas e acontecimentos, construindo-se em pensamentos”.

Jean Piaget

Dedico este trabalho aos meus pais, Julio e Isabel,
que muito me apoiaram nesta trajetória acadêmica,
aos meus avós, Gomes, Madalena e Aparecida,
que sempre incentivaram a conclusão deste curso,
a Professora Liana, quem me apresentou a Educação Especial,
ao Ricardo, que mesmo longe muito me apoiou
e a todos os amigos.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dar
forças para continuar na minha jornada e
aos meus pais e irmãos pela paciência, carinho e dedicação.

RESUMO

Neste trabalho procur^o-se discutir os vários aspectos que precisam ser modificados para preparar as escolas para a inclusão. Na ótica inclusiva, não é o aluno que deve se adaptar a escola, mas sim, a escola é que deve se preparar para receber todo e qualquer tipo de aluno.

Esta preparação contempla diversos aspectos, entre eles se destaca a estrutura, a forma de organização, o modelo pedagógico, o currículo, os métodos e os procedimentos educacionais e de avaliação, a formação e a postura dos professores, sem esquecer que esta responsabilidade não se restringe apenas à escola, mas também a família, aos amigos e a toda sociedade. Neste trabalho se discut^e a inclusão sob dois enfoques. No primeiro momento o aspecto histórico desse modelo e as principais abordagens para sua promoção. Na segunda parte, procurou-se levantar os pontos fundamentais que apóiam essa prática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	3
1.1 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO	3
1.2 PROMOVENDO A INCLUSÃO	10
2. PREPARANDO A SOCIEDADE PARA A INCLUSÃO	13
2.1 O ESTIGMA DAS DIFERENÇAS	13
2.2 A ESCOLA	19
2.3 A FAMÍLIA	23
2.4 OS PROFESSORES	26
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

INTRODUÇÃO

Antigamente os deficientes eram afastados de qualquer convívio social, pois o que era diferente, também era desconhecido e fonte de medo. A exclusão das "pessoas diferentes" foi resultado não só do medo, mas também do preconceito.

Com os avanços da medicina, passou-se a tratar os deficientes como doentes em instituições e asilos. Com o surgimento dos centros de reabilitação e das escolas especiais, a sociedade começou a admitir que os deficientes poderiam ser produtivos se, recebessem tratamento adequado.

Gradativamente a questão da deficiência saía do âmbito da saúde para o âmbito escolar, mas apenas nos anos noventa foram difundidos os princípios da educação inclusiva, muito embora a escolarização destas pessoas há muito era realizada, só que de forma paralela à escolarização normal.

O movimento anterior à inclusão foi chamado de integração e significa a inserção da pessoa deficiente no convívio social. Era o próprio indivíduo que deveria se preparar para o convívio com os outros. Na inclusão, há uma mudança de paradigma, pois a sociedade deve se modificar e se adaptar para receber a pessoa com necessidades especiais.

Neste trabalho procurou-se discutir sobre os aspectos mais urgentes que precisam ser revistos para que a inclusão seja efetivamente uma prática no meio educacional.

No primeiro capítulo traçou-se um panorama histórico sobre a inclusão, além de descrever o alunado da educação especial, abordando também os

aspectos legais do tema. O segundo capítulo trata sobre a aceitação das diferenças individuais e sobre as transformações que precisam ocorrer na família, na escola e entre os professores para que de fato a inclusão seja viável.

CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

“Em Esparta quando nascia uma criança, os mais velhos decidiam se era bastante forte para ser conservada com vida. Os que pareciam fracos eram expostos no Monte Taigeto”.

(Lopes, 1995, p. 207) ¹

1.1 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO

Há muito tempo atrás aqueles que não se comportavam como os demais eram conhecidos por *crianças idiotas, imbecis, cretinas, anormais*. Mais tarde, eram chamados por *ineducáveis* ou *anormais educáveis*, por *atrasadas mentais*, por *crianças diminuídas*, enfim por *deficientes, inadaptados, diferentes*.

Uma volta ao passado mostra que a convivência entre as pessoas em diferentes épocas sempre foi difícil.

“ Na cultura grega, especialmente na espartana, os indivíduos com deficiências não eram tolerados. A filosofia grega justificava tais atos cometidos contra os deficientes postulando que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies. (...) Na Idade Média, os portadores de deficiências foram considerados como produto da união entre uma mulher e o Demônio”.

(SCHWARTZMAN, 1999, p. 3-4).

A primeira vez que o termo *Crianças com Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.)* apareceu foi no Relatório Warnock Report ²(1978). Na verdade

¹ LOPES, António J. Lavouras . *As barreiras Invisíveis da Integração*. Lisboa: Ed. ADEFA, 1995.

muitas destas crianças não têm somente necessidades especiais, de natureza estritamente educativa, também têm necessidades médicas especiais; necessidades fisioterapêuticas especiais; necessidades higiênicas; econômicas; de alimentação; de afetividade; entre outras; todas elas especiais. Bastaria então somente designá-las de crianças com Necessidades Especiais, no entanto, em se tratando de problemas escolares algumas crianças apresentam apenas necessidades educacionais especiais e não outra qualquer.

O alunado da Educação Especial é constituído por educandos que requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Segundo a Secretaria de Educação Especial do MEC³ (1994) esses alunos se classificam em quatro categorias: portadores de deficiências, portadores de condutas típicas, portadores de necessidades especiais e alunos com necessidades educativas especiais.

Portadores de deficiências (visual, auditiva, mental, física e múltipla) são aqueles que apresentam, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos e/ou adquiridos, de caráter permanente e que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

Os portadores de condutas típicas são aqueles que apresentam problemas de conduta decorrentes de síndromes de quadros psicológicos e neurológicos que acarretam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no

² *Relatório de Warnock Report*, 1978.

³ Ministério da Educação e Desporto. *Desafios da Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

relacionamento social e os de altas habilidades, conhecidos como superdotados, com notável desempenho e elevada potencialidade em aspectos acadêmicos, intelectuais, psicomotores e/artísticos.

Já os portadores de necessidades especiais são aqueles que, por apresentarem, em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, ou que é portadora de condutas típicas ou ainda de altas habilidades, necessita de recursos especializados para superar ou minimizar suas dificuldades.

Alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que, por apresentarem dificuldades maiores que os demais alunos, no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, seja por causas internas, por dificuldades ou carências do contexto sócio-familiar, seja pela inadequação metodológica e didática, ou por história de insucessos em aprendizagens necessitam, para superar ou minimizar tais dificuldades, de adaptações para o acesso físico remoção de barreiras arquitetônicas e/ou de adaptações curriculares significativas, em várias áreas do currículo.

Muito mais importante que o nome ou que as definições, é poder assegurar a essas pessoas seus direitos e, sem dúvida, o direito mais fundamental refere-se à igualdade de oportunidades educacionais, fruto de uma luta histórica dos defensores dos Direitos Humanos, que implica nos Estados garantirem gratuitamente o ensino para todas as crianças.

O fato da nova Lei de Diretrizes e Bases reservar um capítulo exclusivo para a educação especial parece relevante para uma área, até então, pouco contemplada no conjunto das políticas públicas brasileiras. O destaque recebido reafirma o direito à educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

Mas somente a lei não assegura direitos, especialmente numa realidade em que a educação especial tem uma expressão política reduzida no contexto da educação geral, reproduzindo talvez, em nossas políticas sociais a pequena importância que é dada às pessoas com necessidades especiais, ao menos àquelas denominadas deficientes.

São comuns as preocupações com o caráter potencialmente discriminatório e segregador das leis e normas específicas para a área. O fato delas serem necessárias demonstra o tipo de relações que se estabelecem entre as pessoas. Outro aspecto importante que deve ser destacado é que o acesso à educação das pessoas com deficiência é escasso e revestido de um caráter assistencialista.

A "integração real" das pessoas com necessidades especiais sempre foi vista, sobretudo pela sociedade e pelas políticas públicas, como algo assistencial e caritativo. Contribui para isso o fato de que as instituições e organizações privadas de caráter mais assistencial e filantrópico têm detido, na história brasileira, a maior parte das instalações, dos alunos e dos recursos financeiros ligados à educação especial, além de possuir grande influência na definição das

políticas educacionais públicas na área. Na maioria das vezes, não são escolas, no sentido estrito, nem como tal tem sido avaliadas. São instituições de atendimento múltiplo, onde a instrução escolar é um dos vários componentes. Para a população que combina as condições de pobreza e de deficiência, a instituição tende a assumir, de modo precário, um conjunto de demandas, entre elas a de assistência, de saúde e, inclusive, de formação.

A inclusão, como movimento social teve início na segunda metade da década de 80, nos países desenvolvidos. No Brasil, tomou impulso na década de 90, com a difusão das idéias da Declaração de Salamanca⁴ (1994) e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁵ (LDB) n.º 9394, em 20 de dezembro de 1996. A LDB define Educação Especial, no capítulo V: Da educação especial; artigo 58, como: *“a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”*. Este artigo, ao definir dessa forma a educação especial em termos da lei, regulamenta a prática da educação inclusiva.

Assim, os anos 90 são marcados, com o advento da educação inclusiva, pelo respeito às características do indivíduo frente ao processo pedagógico.

O movimento pela sociedade inclusiva, segundo WERNECK⁶ (1997), foi explicitado pela primeira vez em 1990, pela Resolução 45/91, da Assembléia

⁴ ESPANHA. *Declaração de Salamanca*. Junho/1994.

⁵ Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

⁶ WERNECK, Claudia. *Muito prazer eu existo: Um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down*. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

Geral das Nações Unidas. Esta resolução defendia a sociedade para todos. Para essa mesma autora, o 'embrião' do conceito foi muito antes, em 1981, ao instituir-se o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, da Organização das Nações Unidas (ONU). A esse ano, seguiu-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência (1983-1992), época em que foram consolidados os princípios éticos, filosóficos e políticos que vêm sustentando o processo de construção da cidadania das pessoas com deficiência.

A inclusão como prática educativa é relativamente recente em nossa sociedade, as práticas anteriores de educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com necessidades especiais, vêm dando espaço, gradativamente, à inclusão. Como o objetivo da educação inclusiva é uma sociedade para todos, sua prática *"repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação"* (Sassaki, 1999, p. 42)⁷.

Portanto, o direito a educação das pessoas com deficiência é uma prática muito recente. Segundo a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto⁸ (1994) essas pessoas precisam receber educação diferenciada, recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas, em

⁷ SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

⁸ Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

virtude de sua condição de portador de deficiência auditiva, visual, mental, múltipla ou física, ou ainda, altas habilidades ou condutas típicas.

1.2 PROMOVENDO A INCLUSÃO

Com a Declaração de Salamanca (1994), o conceito de Integração, começa a ser entendido de uma maneira diferente. Surge uma idéia nova: a da escola inclusiva, no verdadeiro sentido de uma escola para todos. Ao se falar de Integração, imagina-se alguém que está de fora e que se pretende colocar dentro da escola. Na idéia de escola inclusiva, não há ninguém de fora. Só que, não convém esquecer, aliás como advertem os próprios subscritores da Declaração de Salamanca, que não basta aceitar os princípios da nova escola inclusiva, é preciso também dotá-la de todos os recursos necessários. O fato da escola ser para todos, só pode ser entendido no sentido de que se tem recursos suficientes para atender a todos. Dentre os recursos, o essencial será aquele que se refere aos aspectos humanos. Estes deverão se constituir preferencialmente por uma equipe transdisciplinar, sem fronteiras entre os diversos elementos que a compõem, mas que prezem a comunicação e a troca de saberes, experiências e informações entre todos. Uma equipe que englobe os diversos organismos e entidades ou instituições, ligados à problemática da inclusão, desde a educação, à saúde e à reabilitação, passando pela segurança social e pela formação profissional.

Os próprios pais e/ou responsáveis pela educação das crianças e mesmo os companheiros de escola, bem como todos os elementos que compõem a comunidade, contribuem igualmente para uma efetiva inclusão, pois desta depende a mobilização geral todos.

A integração concebida pela Declaração de Salamanca e por nós brasileiros adotada como inclusão, exige do homem um nível de evolução cultural e social tal, que o levem a banir de si mesmo qualquer forma de segregação de seu semelhante. Segregar é, muitas vezes, mais fácil que integrar. A postura adotada por grande parte da sociedade em relação aos considerados “deficientes” é uma postura formal e distante, onde apenas se cumpre que a lei determina. Tal atitude convence mais rápido, e até faz ganhar mais facilmente as batalhas políticas e eleitorais e, de certa forma, engana a consciência de todos e muitas vezes até da própria família.

Cada qual então, na sua ocupação, no seu serviço, no seu espaço de convivência, na sua instituição, deverá lutar pela inclusão. Na Escola todos os profissionais, os técnicos e os próprios especialistas, têm o dever de, cada vez mais, colocar em prática a inclusão, exigindo-a como um direito e não disfarçada em forma de caridade. Sem se querer adotar um discurso de lamentação e reconhecendo, no entanto, que é muito fácil lidar com o paradigma anterior, o de integração, devido principalmente a enorme dependência aos muitos condicionantes do passado e de um extenso leque de necessidades dessas pessoas. Comprova-se isso logo à primeira vista quando se depara com as instalações, a rede escolar, a gestão e administração, o próprio estatuto dos docentes, a formação, as matrículas, a avaliação, os currículos, entre tantos. Todo o sistema é obsoleto e não está em nada sintonizado com a prática da inclusão, o que concorre para que no dia a dia, algumas crianças com maiores incapacidades, sejam aliciadas e segregadas para instituições, colégios ou

escolas especiais. Muitos professores, ainda hoje, continuam a pensar que a “missão” da Escola é defender os mais fortes, os mais aptos, os mais inteligentes, os mais normais. Esquecem que, deste modo, se teima em continuar com uma escola de elite e mantém um perigoso caráter seletivo.

Quando se separam pessoas consideradas capazes de pessoas que apresentam alguma dificuldade, ainda perpetuam práticas que responsabilizam o próprio indivíduo de seu sucesso ou fracasso, eximindo de qualquer responsabilidade todo o sistema educacional e social.

A sociedade inclusiva requer outras formas de relações, de trabalho, de convivência nas mais diferentes instâncias da sociedade. É sobre isso que o próximo capítulo vai tratar.

CAPÍTULO 2: PREPARANDO A SOCIEDADE PARA A INCLUSÃO

2.1 - O ESTIGMA DAS DIFERENÇAS

“Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava ... Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal”.

(Goffman, 1988, p. 11)⁹

É grande o número de fatores genéticos, ambientais, culturais, políticos, econômicos e sociais, que marcam as diferenças e a especificidade de cada indivíduo. As diferenças e características individuais, em cada criança, começam a constituir-se muito antes da ocorrência da própria fecundação. Algumas delas irão nascer de progenitores sadios, que levaram uma vida suficientemente regrada, detentores e cumpridores de um código de condutas sociais, culturais, morais, muitas vezes, considerado por muitos, rígido e discutível, mas que lhes manteve sãos e em condições ideais, para a procriação. Outras, porém, são geradas em meio ao consumo de álcool, tabagismo, neuroses, subalimentação, infecções de guerra, violência e violações. Estes progenitores, tão diferentes dos anteriores, obviamente acabam por colocar no mundo crianças bem diferentes das anteriores, desta vez com predisposição para carências e anomalias de várias ordens. Algumas crianças nascem desejadas, ansiosamente esperadas,

⁹ GOLFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1988.

havendo toda uma quantidade de recursos, de natureza genética, familiar, econômica, social e cultural, que se entrelaçam e se complementam, condicionando, influenciando e imprimindo as características ao seu aspecto global e de forma gradual em seu desenvolvimento. A maneira como a gravidez decorre e a assistência a todos os níveis, que lhe é prestada, irão igualmente influenciar as futuras crianças.

Das futuras mães, umas são devidamente acompanhadas, nos diversos aspectos, familiares, clínicos, sociais. Outras, no entanto, não terão a coragem ou o apoio para deixarem de beber ou fumar e até de consumirem drogas, praticando uma alimentação desaconselhada. A observação às condutas adequadas e o apoio médico de acompanhamento pré-natal, nem sempre são procurados, ou nem sempre são eficientes. Portanto, a gravidez e o parto já implicam em diferenças significativas entre as crianças. Mais tarde, o acompanhamento, o tipo de apoio e os múltiplos fatores de natureza pós-natal, também acentuarão as diferenças. O maior ou menor conforto, a higiene, a assistência médica, a alimentação, o ambiente familiar, a socialização, a atenção e a afetividade dispensadas ao bebê, irão ter uma importância fundamental e marcante, em todo o desenvolvimento. Sabe-se, que muitas crianças, não são devidamente assistidas ou devidamente acompanhadas e vistas periodicamente por pediatras e, quando necessário, por psicólogos.

As diferenças porém, não têm origem somente nas razões apresentadas. Algumas crianças desenvolvem ou nascem com anomalias que, sem se saber ou se entender o porquê, deixam todos espantados e interrogando sobre sua causa.

Outras vezes, acontece exatamente o contrário, em ambientes de risco, propícios ao aparecimento de doenças ou patologias, há quem consiga ultrapassar todas as probabilidades e se transforme em caso apreciado de exceção e sucesso, felizmente.

A seleção e a evolução da espécie humana, apesar de modernamente artificializada, vão continuar pelos séculos e, muitas vezes a natureza mostrará os seus caprichos, numa espécie de acaso mas, na maioria das vezes, o próprio homem é quem provoca esses mesmos acasos.

Então, as diferenças são essenciais para a nossa evolução e se fechar a elas é encerrar em nossa própria limitação e egoísmo.

Lidar com pessoas diferentes de nós é um exercício constante de auto-avaliação e por esse motivo, é mais fácil olhar para o outro que é diferente e vê-lo como alguém que não é “completamente humano”.

“Acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social”.

(Goffman, 1988, p. 15)

Para GOFFMAN (1988) um indivíduo estigmatizado é aquele que possui características ou defeitos distintos que o torna diferente dos outros ditos normais. Estas características ou defeitos nem sempre são conhecidos ou

percebidos imediatamente. O estigma não é apenas um atributo pessoal, mas uma forma de designação social. Os estigmatizados são indivíduos incapazes de se moldarem aos padrões normalizados da sociedade na qual vivem, por possuírem deformações físicas, psíquicas ou de caráter, ou com qualquer outra característica que os torne aos olhos dos outros diferentes e até inferiores e que lutam diária e constantemente para fortalecer e até construir uma identidade social.

Existem três tipos de estigma segundo GOFFMAN (1988): as abominações corporais, que são deformações físicas; as culpas de caráter individual, que são conhecidas ou percebidas através de relatos e comportamentos, e os estigmas de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos de geração para geração. Nos três tipos de estigma, o indivíduo deixa de ser aceito socialmente por apresentar um "traço", deste modo se ignora todas as outras qualidades que ele possui. A descoberta de um estigma num indivíduo prejudica não só a situação social corrente, mas também as relações já estabelecidas e a imagem que os outros terão dele no futuro.

Por ser visivelmente manifesta, a diferença dos deficientes é um elemento absolutamente essencial para a construção do que GOFFMAN (1988) chama de "Identidade Pessoal". A identidade pessoal, construída pelos outros, é a imagem que as pessoas têm sobre o indivíduo. Essa imagem criada é que pode não corresponder à realidade, e influi fortemente no relacionamento do estigmatizado com as pessoas que ele encontra em seu cotidiano, pois não são todas que o conhecem pessoalmente ou têm informações suficientes a respeito

de sua deficiência para tratá-lo em vista de sua pessoa e não em vista do estereótipo da deficiência.

O próprio indivíduo também tem uma auto-imagem, nomeada por GOFFMAN (1988) de "Identidade do Eu", que em geral é construída com os elementos que o senso comum usa para montar o quadro da identidade pessoal. Se essa auto-imagem, ao formar-se, for muito influenciada pelo senso comum, o indivíduo corre o risco de introjetar em si os mesmos preconceitos que a sociedade tem em relação a ele, passando a ter preconceito contra si mesmo, o que resulta em insegurança e angústia profunda.

“Os padrões que ele incorporou da sociedade maior tomam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como não-portador dele”.

(Goffman, 1988, p. 17)

Ao contrário da sociedade, que vê na diferença algo vergonhoso, a escola inclusiva reconhece as diferenças entre os alunos e busca proporcionar encontros onde possam compartilhar experiências e informações, é o que STAINBACK¹⁰ (1999) chama de “grupos de apoio”.

“Para desenvolver uma auto-identidade positiva, um indivíduo necessita de oportunidades para exercer e expressar suas escolhas. A escola deve tomar-se um lugar onde o acesso intencional aos grupos é facilitado e onde cada aluno tem a possibilidade de desenvolver sentimentos positivos sobre as

¹⁰ STAINBACK, Susan. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

qualidades singulares que ele traz à comunidade educacional. Acima de tudo, o objetivo da inclusão não é o de apagar as diferenças, mas o de que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valide e valorize sua individualidade”.

(Stainback, 1999, p. 412)

O indivíduo, deficiente ou não, ao ser aceito e respeitado aprende a se ver como alguém que merece estar entre os outros, usufruir dos mesmos direitos e ter os mesmos deveres.

2.2. A ESCOLA

“Rever a escola é rever práticas, idéias, imagens, conceitos, é reconhecer quando as representações interferem em processos de mudança na direção de um novo rumo para a vida social, que clama por liberdade, justiça, solidariedade e amor”.

(Costa & Gomez, 1999, p. 175).¹¹

As crianças, só deverão ser vistas todas como iguais, em termos da aplicação prática da Declaração dos Direitos da Criança. Na escola, porém, cada uma deverá ser vista de forma individualizada. No passado, partiu-se do pressuposto de que todas as crianças eram iguais. Arranjou-se por isso, um modelo fictício e estereotipado de criança. Dentro desse modelo que se formaram a maior parte dos professores, se fazia os diagnósticos, se traçaram metas pedagógicas e "receitas" didáticas, se definiram objetivos gerais, formas de avaliação, modelos de gestão e administração. Considerar as diferenças não fazia parte dessas práticas e quando havia fracassos, o próprio indivíduo era responsabilizado.

No entanto, quem chega à Escola é uma criança e não é uma peça fabricada em série, mas um conjunto singular de conhecimentos, valores e necessidades, que ao longo de toda a sua vida pré, peri e pós – natal e em função de um grande número de fatores de diferentes naturezas, tornou-se um ser único. E todas as crianças juntas em suas respectivas individualidades, compõem o que chamamos de turma. Nela, cada aluno tem uma personalidade, um potencial individual, é um ser pensante com muita energia. Apesar desta

¹¹ COSTA, E. H. C e GÓMEZ, C. M. Superar a cultura da violência: Um desafio para a escola. In: TEVÊS, N. e RANGEL, M. Campinas: Papirus, 1999.

individualização há, entre eles, muitas características comuns. O maior erro da Educação, bem como a causa principal do insucesso, foi o querer auxiliar-se e fazer suporte nas semelhanças, visando acabar assim com as diferenças, para isso se esforçando e moldando aqui e acolá, face ao modelo instituído. A normalidade é um conceito relativo construído social e historicamente, o que hoje é normal, pode não o ter sido ontem ou amanhã.

Por isso se depreende que a filosofia educacional terá que ser invertida: aproveitar a oportunidade de sermos todos iguais, para aprendermos todos, com base nas semelhanças e nas diferenças de cada um. Porém, não é este ainda o tipo de escola, que temos. Apesar das inúmeras mudanças e investigações dos últimos anos na nossa escola de hoje, as crianças ainda continuam a refletir toda uma educação e uma conduta familiar e social. Os objetivos curriculares, programas e até manuais escolares, continuam a serem traçados para um modelo de criança, cujo perfil é bem diferente da maioria das crianças encontradas nas comunidades locais. A educação dessa forma agrava ainda mais as diferenças, não realizando educandos e educadores. Como refere MONTEIRO (1996)¹²:

"Porque nenhuma educação é neutra, esta é estruturada e orientada para servir interesses bem definidos, que não são universais. É parcelar, parcial, bloqueadora, utilitarista, onde o educador aparece como imagem da sociedade. Tal contradição preocupa educandos e educadores. Embora em dimensões diferentes, uns e outros, são igualmente vítimas".

(Monteiro, 1996, p 11)

¹² MONTEIRO, Agostinho Reis. Educação: Ato Político. Lisboa, Livros Horizonte, 1996.

A escola para construir sua estrutura, forma de organização, modelo pedagógico, currículo, métodos, procedimentos educacionais e de avaliação precisa contemplar a todos, inclusive as crianças com necessidades especiais. Ao se conhecer as individualidades, se prioriza a aprendizagem, se valoriza as capacidades em detrimento as lamentações, se elege os recursos e se adequa os métodos às características dos alunos.

O professor que é formado dentro desse modelo, se torna muito mais consciente da necessidade de estudos sistemáticos que o deixam mais seguro, confiante e capacitado para o seu trabalho. Um professor assim preparado, terá melhores condições de administrar as situações que ocorrem no cotidiano escolar.

A escola, o professor e a sociedade que se preparam para receber a todos de maneira geral, e também aqueles que necessitam de uma atenção diferenciada, em particular, saberá atender com muito mais qualidade. Esse é o maior desafio da inclusão.

A UNESCO¹³ tem sublinhado a necessidade de se "passar de uma atenção particular centrada numa percentagem de crianças consideradas como tendo dificuldades de aprendizagem, para uma aprendizagem que englobe todas as crianças" (p.8). Quando se opta por uma perspectiva curricular, a principal preocupação é dar resposta a cada aluno dentro do currículo geral, em vez de organizar programas separados. Mas para que as escolas possam cumprir a sua

¹³ UNESCO. Materiais para a formação de Professores. Citado por PACHECO, 1997.

missão, é importante dar-lhes as condições necessárias, de onde se destacam algumas áreas como a arquitetura, a didática, os recursos humanos e a organização escolar.

A arquitetura diz respeito à adaptação necessária das instalações escolares quanto as salas de aula, os sanitários, os pátios, os corredores, as escadas, enfim, adaptações feitas para que a criança possa ser incluída, de forma a dar-lhe mais conforto e autonomia.

Com relação à didática, é necessário dotar as instalações com o material didático, e com o mobiliário necessários e adequados ao tipo de incapacidades dos alunos a incluir, não esquecendo também o simples material de uso corrente e duradouro.

Quanto aos recursos humanos, está incluída neste caso a necessidade essencial, de termos devidamente formados professores do ensino regular, bem como até de auxiliares, predispostos e com perfil adequado inclusão.

A organização escolar precisa ser revista. As escolas, por serem espaços para crianças, que têm direitos especiais mundialmente reconhecidos, deveriam proporcionar salas de aulas devidamente limpas e desinfetadas, sem vidros quebrados, portas e janelas esburacadas, sem pixações e depredações.

Qualquer ambiente preparado para receber aquele que é especial em suas necessidades, se torna um ambiente acolhedor que proporciona relações interpessoais que valorizam o respeito e promovem o desenvolvimento.

2.3. A FAMÍLIA

A família é essencial em toda a inclusão e dela dependem condições complexas. Esta instituição é também de primordial importância. É necessário esclarecer a comunidade em geral e, em particular, as famílias que a inclusão de uma determinada criança, deverá ser da responsabilidade de todos e não apenas da Escola, dos órgãos e serviços.

A escola e o professor devem lançar mão das melhores estratégias, para tentar motivar toda a comunidade escolar, pois muito antes de incluir uma criança com necessidades educativas especiais na escola é necessário que a família esteja integrada na própria comunidade.

No entanto, a verdade, é que as pessoas e mesmo os professores por vezes tomam atitudes totalmente inversas e inconscientemente segregadoras, como exigir que determinado aluno com necessidades educativas especiais, seja retirado da Escola, por "prejudicar" constantemente todos os outros. Nas palavras de STAINBACK (1999): *"Os pais desempenham um papel fundamental no afastamento das nuvens pessimistas que cercam seus filhos, um papel que talvez estamos relutantes em assumir por também aceitarmos as percepções negativas da sociedade". (p.416)*

A participação dos pais na Escola é imprescindível e encontra-se devidamente regulamentada:

*“O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, **mediante avaliação e interação com a família e a comunidade**, a necessidade de atendimento educacional especializado”.*

(Brasil, 1996, Art. 1º Parágrafo único)

Impotentes para mudar a escola, as famílias vão procurando alternativas mais confiáveis. Os pais com poder econômico, fazem uso do direito de escolha, e retiram os seus filhos das escolas do Estado e os entregam aos cuidados de escolas privadas, nem sempre com melhores professores, mas quase sempre com mais segurança, com um clima moral mais adequado e uma maior personalização da relação educativa. À medida que as escolas públicas crescem e se desumanizam, paralelamente cresce também uma rede privada de escolas, não para os melhores alunos, mas para os mais ricos. E, assim, vão acumulando e se reproduzindo as desigualdades.

É urgente então dotar as famílias dos meios e dos recursos necessários. Conceder-lhes nomeadamente informação, acompanhamento, formação, terapia, quando necessário, promovem o contato com outras famílias e até meios financeiros, ainda que vigilantemente geridos.

Como são as famílias que lidam mais de perto com a criança e, sobretudo no aspecto afetivo, ocupam um lugar estratégico e insubstituível, é a família que deve também incentivar e apoiar as amigas, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento das mesmas.

De um modo geral, as pessoas rotuladas como “deficientes” tendem a se fechar numa mais vida solitária, porém, todos nós precisamos dar e receber apoio, compartilhar gostos, preferências e experiências.

Não existe uma fórmula específica para a construção de amizades sólidas, mas primeiramente, é preciso que as pessoas estejam em lugares comuns onde se possam conhecer novas pessoas. A inclusão possibilita isso.

Garantir a participação de pessoas com necessidades educativas especiais em clubes, grupos de estudos, esportes ou organizações na comunidade em que vivem é fundamental para o desenvolvimento de amizades.

Para STAIMBACK (1999) a amizade tem um objetivo educacional, significa viver e aprender junto, pois sem amigos não pode ocorrer a verdadeira inclusão de uma pessoa na escola ou na comunidade. STAIMBACK (1999) diz que: *“Inclusão significa o processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que elas aprendam juntas. Significa reconhecer e apreciar os dotes únicos que cada indivíduo traz para uma situação ou para a comunidade”.* (p. 177)

2.4. OS PROFESSORES

“A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula”.

(Brasil, 1995, p.17).¹⁴

A classe docente precisa começar a refletir antes e depois de intervir. Durante muitos anos, estive habituada somente a obedecer, cumprindo escrupulosamente ordens, que nem sempre entendia, mas pouco se questionava. As inúmeras responsabilidades e desafios da escola de hoje, exigem do professor, muito mais que o saber, exige uma preparação ainda maior e um inquestionável compromisso. Como podem os professores desenvolver nos alunos o respeito pelos outros, a responsabilidade, a solidariedade, o sentido da justiça, o saber colocar-se na perspectiva do companheiro para poder entendê-los, se ainda não tiveram oportunidade de analisar, debater e decidir quais os valores que vão assumir para a profissão docente? É uma questão de extrema importância, que nos arrasta para uma reflexão profunda, sobre como o professor deverá ser, saber, e fazer ser, em pleno século XXI. No que diz respeito à inclusão, é consensual que os professores têm, como é óbvio, um papel essencial.

A educação especial tem sido vista como qualitativamente diferente da educação. Parecem existir dois tipos de educação: a educação e a educação

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro*. Séries diretrizes nº 11. Brasília: Secretaria de Educação Especial (SEESP), 1995.

especial. Pode-se perceber esta distinção observando aspectos como, por exemplo, a existência de cursos específicos para formação de professores ou cursos em nível de pós-graduação que tratam especificamente da questão educação especial, ou até mesmos textos produzidos nesta área, faz referência ou à educação especial ou à educação, ignorando-se praticamente que a educação especial está incluída na educação, e a maioria destes textos propõe uma visão inclusiva.

A educação especial é uma modalidade de educação escolar e, portanto, está inserida nele. Segundo ALENCAR ¹⁵ (1994):

“a educação para todos é um compromisso assumido por nosso país no combate à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. Para alcançar essa meta, é fundamental enfrentar o desafio de tornar a escola um espaço aberto à diversidade e adequado ao ensino de todo e qualquer aluno, incluindo aqueles com deficiência”.

(Alencar, 1994, p. 22)

Uma intervenção eficiente deve fazer com que os professores saibam envolver a totalidade dos alunos da turma, na execução dos caminhos traçados, tendo sempre presente um ambiente de respeito pelas diferenças individuais.

Para alguns professores, a inserção deixou de ser um mito, eles vivenciaram experiências reais, nas quais obtiveram sucesso. Outros ainda não tiveram esse privilégio, mas se esforçam para ter esta mesma certeza. Mas ainda há um grupo de professores que não consegue se libertar de preconceitos e alegam que não estão preparados para a inclusão.

¹⁵ ALENCAR, Eunice M.L. Soriano. *Tendências e Desafios da Educação Especial*. Brasília: SEESP, 1994.

De fato, dentro da ótica inclusiva, é a escola que deve se adequar às necessidades dos alunos, o que exige dos professores novos conhecimentos, mas, antes de qualquer coisa é preciso transpor “barreiras atitudinais” para enxergar, na diferença, situações onde cada aluno se perceba como sujeito ativo na conquista do conhecimento.

Para VYGOTSKY¹⁶ a intervenção pedagógica provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente. A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre outros como forma de promover o desenvolvimento articula-se com a idéia de que a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança.

Para abordar a questão da aprendizagem é preciso situá-la a partir da teoria social do desenvolvimento e da aprendizagem de Vygotsky. Para o autor, a aprendizagem se realiza sempre num contexto de interação, através da internalização de instrumentos e signos levando a uma apropriação do conhecimento. Todo esse processo é que promove o desenvolvimento. Portanto, a aprendizagem precede o desenvolvimento. Ao compreender desta forma as relações entre aprendizagem e desenvolvimento Vygotsky confere uma grande importância à escola (lugar da aprendizagem e da produção de conceitos científicos); ao professor (mediador desta aprendizagem); às relações interpessoais (através das quais este processo se completa). A aprendizagem é um processo de construção compartilhada, uma construção social.

¹⁶FREITAS, Maria Teresa. **O Pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1994.

O professor atua nesse processo como um mediador intervindo com o seu trabalho no desenvolvimento potencial do aluno.

“A cooperação cria laços muito fortes entre os alunos e propicia interações que encorajam os menos habilitados. Muitas vezes acontece a um aluno ser tutorado naturalmente por outro colega mais capacitado em uma matéria. Esse apoio espontâneo é mais um meio de se fazer com que a turma reconheça que cada um tem suas habilidades, talentos, competências, dons, facilidades para abordar o leque dos conteúdos acadêmicos”.

(Montoan, 2004, p.85)¹⁷

Sabe-se que a formação inicial dos professores, na maioria das vezes, não contempla uma sensibilização para a problemática das crianças com necessidades educativas especiais, e acabada a formação inicial, o primeiro contacto com a realidade é bem diferente, ao ser exilado para uma daquelas escolas-buraco, só então o professor acorda para a realidade e se apercebe do que é de fato o país real. E só aí dá conta do caos dos transportes, dos acessos esburacados, das escolas cheias de problemas, sem quaisquer condições, sem material, sem sanitários decentes, com vidros partidos, portas arrombadas, sem giz, sem alimentação, etc. Então, o pobre professor não sabe o que fazer com o que aprendeu sobre Piaget, Wallon, Vigotsky... e revolta-se. No ano seguinte, outro colega virá e ele fugirá do local, desejando que se apague de sua mente o que viu e o que o fez sofrer.

A Educação Inclusiva exige do professor uma mudança de postura, no sentido de redefinir seu papel, que é fundamental no desenvolvimento de seu

¹⁷ MONTOAN, Maria Teresa Eglér. *Caminhos pedagógicos da educação inclusiva*. In: GAIO, Roberta e MENEGHETTI, Rosa G. Krob. *Caminhos pedagógicos da educação especial*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

aluno. O educador deve aprender respeitar o seu aluno, seus interesses, e desenvolver as atividades a partir disto; ouvir, formular desafios e situações novas, acompanhar o processo de desenvolvimento, procurando não direcionar aos interesses do adulto.

FERREIRA (1993)¹⁸ nos diz que *“devem ser oferecidas aos alunos oportunidades diárias para pensar, refletir e evoluir em direção ao pensamento lógico”*. (p.27)

O grande desafio do profissional que atua na educação inclusiva é justamente articular o que ele tem que ensinar com o que a criança já construiu, e com a maneira do estudante aprender.

“O direito de todos à educação inclusiva é, sem dúvida, uma tarefa difícil, mas exequível. Precisamos ser capazes de nos desviar dos obstáculos que a escola tradicional coloca hoje para impedir o avanço das propostas de uma escola para todos, justa, democrática e aberta às diferenças”.

(Montoan, 2004, p.94)

A escola inclusiva assim como é concebida pelo autores na alteridade ainda não faz parte da rotina das escolas, mas é um ideal a ser buscado, a cada desafio conquistado, cada dificuldade vencida mais o objetivo se aproxima. A escola de todos certamente será uma escola melhor.

¹⁸ FERREIRA, I. N. *Caminhos do aprender: Uma alternativa Educacional Para Criança Portadora de Deficiência Mental*. Brasília: CORDE, 1993.

CONCLUSÃO

A inclusão das chamadas crianças com necessidades educacionais especiais implica, entre outras coisas, na necessidade de se formar, qualificar e habilitar professores, na urgência da elaboração e adaptação de propostas curriculares, a orientação e intervenção psicopedagógica, bem como a própria inovação e dinâmica educativa. As barreiras, que no dia a dia se opõem a uma inclusão de qualidade, são inúmeras. É, no entanto, urgente pensar que esse modelo educacional é possível, desde que as escolas queiram se tornar verdadeiramente inclusivas.

A escola para construir sua estrutura, forma de organização, modelo pedagógico, currículo, métodos e procedimentos educacionais e de avaliação precisa contemplar a todos, inclusive crianças com necessidades especiais. Ao se conhecer as individualidades se prioriza a aprendizagem, se valoriza as capacidades em detrimento das lamentações, se elege os recursos e se adequa os métodos às características dos alunos.

A educação especial e o ensino regular, têm forçosamente que proceder à elaboração de programas educativos, que tenham em conta o crescimento a todos os níveis de crianças com necessidades educativas especiais. A opção de colocação destes alunos em Instituições segregadoras deverá ocorrer apenas em casos onde após ter se esgotado todas as práticas de domínio daqueles profissionais e nenhum crescimento efetivo tenha sido percebido, esse aluno poderá requerer outro tipo de atendimento educacional.

As famílias, por outro lado, são quem lida mais de perto com a criança e, sobretudo no aspecto afetivo, ocupam um lugar estratégico e insubstituível, tanto no processo de desenvolvimento, quanto no processo educacional. É urgente então dotar as famílias dos meios e dos recursos necessários para que possam acompanhar, questionar e até mesmo desafiar as avaliações, as previsões e as expectativas geradas por profissionais e educadores.

Os profissionais da educação deverão estar sintonizados, atualizando-se em formação contínua, que deveria ter lugar, de preferência, no próprio local onde ele exerce suas funções. Isto não subtrai das Instituições de Ensino Superior a grande responsabilidade nesta matéria, nomeadamente através de cursos de média duração, jornadas de trabalho, mesas redondas, ciclos de conferências, simpósios, congressos, fóruns, seminários, entre outros. Posteriormente, e de posse de uma formação adequada, é urgente estimular um trabalho em equipe que permita, a partir de estruturas sólidas, após a descoberta das necessidades reais do aluno, onde serão identificadas as suas áreas fortes e fracas, preparar formas de intervenção educacional que sejam realmente eficientes.

A Educação Inclusiva exige do professor uma mudança de postura, no sentido de redefinir seu papel, que é fundamental no desenvolvimento de seu aluno. A formação dos professores precisa contemplar, de forma mais eficaz, a problemática da inclusão. A sensibilização e a capacitação dos professores é um

dos passos mais importantes na busca de uma sociedade efetivamente inclusiva pois sob a responsabilidade destes estão o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Eunice M.L. Soriano. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro**. Séries diretrizes nº 11. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

COSTA, E. H. C e GÓMEZ, C. M. **Superar a cultura da violência: Um desafio para a escola**. In: TEVÊS, N. e RANGEL, M. Campinas: Papirus, 1999.

ESPANHA, **Declaração de Salamanca**. Junho/1994.

FERREIRA, I. N. **Caminhos do aprender: Uma alternativa Educacional Para Criança Portadora de Deficiência Mental**. Brasília: CORDE, 1993.

FREITAS, Maria Teresa. **O Pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1988.

LOPES, António J. Lavouras. **As barreiras invisíveis da Integração**. Lisboa: Ed. ADFA., 1995.

Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL
Ministério da Educação e Desporto. **Desafios da Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

MONTEIRO, Agostinho Reis. **Educação: Ato Político**. Lisboa: Livros Horizonte, 1996.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da educação inclusiva**. In: GAIO, Roberta e MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Relatório de Warnock Report, 1978.
Petropolis, R.J.

20/06/04
4 anotações
definitivas

Obs
corrigir
as
referências

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

rep. (Secretaria de Educação Especial. **Desafios da Educação Especial**. Brasília: SEESP/MEC, 1994.

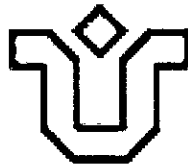
STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Materiais para a formação de Professores**. Citado por PACHECO (1997, p.8).

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo: Um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

↓ duas
2 livros
de autores
deficientes
① irconme
e
avada

completo
→



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

ALUNA: ERIKA CRISTINA MOUTELA DE OLIVEIRA

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ORIENTADOR: Profª. MARIA ANGELA CORREIA

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador:

Professor Convidado: Drª. Lúcia de Mello e Souza Lehmann

Nota: 9,0 (nove)

Considerações:

Tema pertinente, bom conteúdo e apresentação.
Lúcia de Mello e Souza Lehmann

Segundo avaliador:

Professor Orientador: Maria Angela Correia ^{Monteiro}

Nota: 9,0 (Nove)

Considerações:

A aluna desenvolveu o tema de forma clara e conseguiu imprimir uma vez singular sobre o assunto.

Como orientadora destaco o empenho e a dedicação na realização desse trabalho.

Sugiro consultas nos referidos bibliográficos.

Maria Angela Monteiro Correia
Rio de Janeiro 03/03/2015

Terceiro avaliador:

Professor da Disciplina Monografia II: Lígia Martha Coimbra *e. Coelho*

Nota: 9,5

Considerações:

*A aluna cumpriu as exigências de um trabalho monográfico.
Seria interessante ver as referências bibliográficas e as citações.*

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota Final
9,0	9,0	9,5	27,5	9,1

Rio de Janeiro, *L. Coelho*

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês: 1. Setembro

Dia	22	23		
Atividade	apresentação e discussão do tema e do projeto monográfico.	Escolha da Bibliografia.		
Professor	<i>M. Siqueira</i>	<i>M. Siqueira</i>		
Aluno	<i>Erika Cristina</i>	<i>Erika Cristina</i>		

Mês: Novembro

Dia	03	04		
Atividade	apresentação dos capítulos I e II	Revisão e correção dos capítulos I e II		
Professor	<i>Erika Cristina</i>	<i>Erika Cristina</i>		
Aluno	<i>M. Siqueira</i>	<i>M. Siqueira</i>		

Mês: Januário / 2005

Dia	10	17		
Atividade	apresentação e revisão da introdução e conclusão	Revisão geral		
Professor	<i>Erika Cristina</i>	<i>Erika Cristina</i>		
Aluno	<i>M. Siqueira</i>	<i>M. Siqueira</i>		

Mês:

Dia				
Atividade				
Professor				
Aluno				

Aluna: *Erika Cristina Moutela de Oliveira*
 Matrícula: *992351143*